



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
POLO UNIVERSITÁRIO DE TOMÉ- AÇU
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

ROSENITA FERNANDES BRAGA

**A LEGITIMIDADE DO MODO DE FALAR BRASILEIRO NA OBRA
“COLLOCAÇÃO DOS PRONOMES” DE PAULINO DE BRITO (1907)**

Abaetetuba

2017

ROSENITA FERNANDES BRAGA

**A LEGITIMIDADE DO MODO DE FALAR BRASILEIRO NA OBRA
“COLLOCAÇÃO DOS PRONOMES” DE PAULINO DE BRITO (1907)**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Linguagem da Universidade Federal do Pará- Campus Universitário do Baixo Tocantins/Abaetetuba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de graduação em licenciatura em Letras Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raimunda Dias Duarte

Abaetetuba

2017

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

B813l Braga, Rosenita Fernandes.
A legitimidade do modo de falar do brasileiro na
obra “Colocação dos pronomes” de Paulino de Brito (1907 /
Rosenita Fernandes Braga. — 2017.
48 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Raimunda Dias Duarte
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
Língua Portuguesa, Abaetetuba, 2017.

1. Brasileirismo. 2. Variação linguística. 3. Colocação dos
pronomes. 4. Paulino de Brito. 5. Vozes sociais. I. Título.

CDD 410

**A LEGITIMIDADE DO MODO DE FALAR BRASIELIRO NA OBRA
“COLLOCAÇÕES DOS PRONOMES” DE PAULINO DE BRITO (1907)**

Rosenita Fernandes Braga

Aprovado em: 04/04/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Raimunda Dias Duarte (UFPA- Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Francisca Maria Carvalho- (UFPA)

CONCEITO FINAL: EXCELENTE

Aos meus avós e pais, Arlindo Braga Silvestre e Maria Fernandes da Silva

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, meu guia e companheiro de todas as horas, sem seu amor e sabedoria não teria chegado até aqui.

Aos meus avós e pais, Arlindo Braga Silvestre e Maria Fernandes da Silva, que me proporcionaram educação, amor e dignidade. Eternamente grata.

À minha mãe biológica, Rosangela Braga, que foi compreensiva e me ajudou no que foi possível.

À minha orientadora, Professora Dr.^a Raimunda Dias Duarte, que me orientou e construiu junto comigo este trabalho. Sua ajuda foi primordial em todos os momentos.

Aos amigos que ganhei durante a jornada na graduação, em especial Lucilene de Souza, Nazaré Progênio, Rayse Rodrigues e Patrick Oliveira. Meus incentivadores e companheiros.

À minha amada irmã, Daiane Braga, que me apoiou durante toda a minha trajetória acadêmica, abnegando seus próprios sonhos para que eu pudesse me formar.

Ao meu querido primo, Ytallo Franco, que sempre esteve disposto a me ajudar quando precisei.

Enfim, a todos os professores da UFPA que contribuíram na minha formação como docente.

RESUMO

O presente trabalho está assentado no tema: A legitimidade do modo de falar brasileiro na obra “Collocação dos Pronomes” de Paulino de Brito (1907), cujo objetivo geral é analisar os discursos que deram legitimidade ao modo de falar brasileiro na obra “Collocação dos Pronomes”, de Paulino de Brito, publicada em 1907. Para atingir esse objetivo pretende-se: compreender as duas principais ideologias educacionais do final do século XIX e início do século XX no Brasil, entender a importância de Paulino de Brito para a educação no Pará, analisar as vozes sociais que legitimaram o modo de falar brasileiro nos discursos de Paulino de Brito na obra “Collocação dos Pronomes” e analisar as vozes sociais que legitimam o modo de falar brasileiro na contemporaneidade. O objeto de estudo da presente pesquisa é a obra Paraense “Collocação dos Pronomes”, de Paulino de Brito, que foi publicada no início do século XX, no Pará. O livro é constituído de vários artigos que fazem parte das respostas dadas por Paulino de Brito ao gramático português Cândido de Figueiredo, devido às críticas feitas pelo intelectual português ao modo de falar brasileiro. A partir dessas questões, pretende-se, à luz da Análise Dialógica do Discurso (ADD), preconizada pelo Círculo de Bakhtin, analisar os enunciados escritos na obra que tratam da variação linguística como forma legítima da Língua Portuguesa. Os dados mostraram que as vozes sociais que atravessam os discursos de Paulino de Brito defendem a variação linguística legitimamente nacional, de acordo com seu contexto sócio-histórico. As discussões na contemporaneidade sobre o modo de falar brasileiro e suas variações são atravessadas pelas vozes de Paulino de Brito, defendidas no início do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Brasileirismo; Variação Linguística; Colocação dos Pronomes; Paulino de Brito; Vozes Sociais;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICO	09
1.1 ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO	09
1.1.1 Ideologia	10
1.1.2 Enunciado	12
1.1.3 Gêneros do Discurso	13
1.1.4 Alteridade	15
1.1.5 Polifonia	16
1.2 OBEJTO E OBJETIVOS	17
1.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS	18
2 AS DUAS PRINCIPAIS IDEOLOGIAS EDUCACIONAIS NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX NO BRASIL	20
2.1 PAULINO DE BRITO E A EDUCAÇÃO NO PARÁ	24
3 ANÁLISE DOS DISCURSOS INSCRITOS SOBRE O MODO DE FALAR BRASILEIRO NA OBRA “COLLOCAÇÃO DOS PRONOMES”	29
3.1 O BRASILEIRISMO NA COLOCAÇÃO DOS PRONOMES: A RELAÇÃO ENTRE O ‘EU’ E O ‘OUTRO’	29
3.2 AS VOZES SOCIAIS QUE LEGITIMAM A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DO MODO DE FALAR BRASILEIRO	34
3.3 AS VOZES SOCIAIS QUE LEGITIMAM O MODO DE FALAR BRASILEIRO NA CONTEMPORANEIDADE	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47

INTRODUÇÃO

A língua é o elemento principal capaz de revelar todas as transformações ocorridas nas relações dos sujeitos na esfera social. As relações sociais, sejam elas contínuas ou efêmeras, perpassam pela língua. Por isso, Bakhtin/Volochínov (2006), ao tratarem do estudo da linguagem, afirmam que ela não pode ser dissociada dos sujeitos e do contexto histórico, uma vez que há uma relação dialógica entre esses elementos, os quais estão presentes nas esferas das comunicações humanas.

Desta maneira, estudar a língua a partir do ponto de vista discursivo é importante para compreendermos as relações sociais, históricas e culturais que influenciaram nas variações linguísticas do final do século XIX e início do século XX, e na forma de conceber o fenômeno da variação.

Neste trabalho, desenvolvo um estudo discursivo a respeito da legitimidade do modo de falar brasileiro. Tomo como objeto de estudo a obra paraense “Collocação dos Pronomes”, de Paulino de Brito, publicada no início do século XX (1907), a qual trata da forma legítima de falar brasileiro. O intelectual do Pará se opõe ao gramático português Candido de Figueiredo. Este, de forma pejorativa, denomina o modo de falar no Brasil de *brasileirismo*.

A partir dessas questões, toma-se como objetivo geral do trabalho analisar os discursos que deram legitimidade ao modo de falar brasileiro na obra “Collocação dos Pronomes”, de Paulino de Brito, publicada em 1907. Para alcançar esse objetivo pretende-se: compreender as duas principais ideologias educacionais do final do século XIX e início do século XX no Brasil, entender a importância de Paulino de Brito para a educação no Pará, analisar as vozes sociais que legitimaram o modo de falar brasileiro nos discursos de Paulino de Brito na obra “Collocação dos Pronomes” e analisar as vozes sociais que legitimam o modo de falar brasileiro na contemporaneidade.

A obra sob análise foi publicada num contexto em que havia uma supervalorização da cultura europeia no Brasil, em particular por parte da elite. Essa importação de cultura refletia diretamente na valoração dos padrões linguísticos.

Brito, educador do estado do Pará, é autor de várias gramáticas e romances. Ganhou notoriedade internacional ao responder criticamente ao renomado gramático Português. O autor paraense defende, na sua obra, uma língua propriamente brasileira, caracterizada pelos seus diferentes usos.

No estudo, busco analisar os discursos de Paulino de Brito que deram legitimidade ao modo de falar brasileiro na obra “Collocação dos Pronomes”, em consonância com o contexto sócio-histórico e cultural do início do século XX, no Brasil.

Dessa maneira, nos enunciados analisados da obra, confronto dois pontos de vista. Um que envolve as ideologias defendidas por Paulino de Brito sobre a legítima língua portuguesa falada no Brasil. O outro defendido por Candido de Figueiredo que corresponde às ideologias sobre o modelo linguístico prescrito por Portugal, o qual deveria ser seguido pelo Brasil. Para a análise discursiva, utilizo os pressupostos da Análise Dialógica do Discurso (ADD), preconizada pelo Círculo de Bakhtin, tomando como categorias de análise: a ideologia, o enunciado, os gêneros do discurso, a alteridade e a polifonia.

O presente estudo está dividido em três partes. Na primeira parte discuto sobre a orientação teórico-metodológica do estudo. Discorro sobre os postulados do Círculo de Bakhtin, dos quais destaco as categorias: Ideologia, Enunciado, Gêneros do Discurso, Alteridade e Polifonia. Em seguida, discorro sobre a metodologia usada na pesquisa, o objeto e os objetivos, e a técnica de análise dos dados. Na segunda parte, discuto sobre as duas principais ideologias educacionais no final do século XIX e início do século XX no Brasil e faço um breve estudo sobre a vida de Paulino de Brito e a educação no Pará. Na terceira e última parte, analiso com base na ADD, os discursos inscritos sobre o modo de falar brasileiro na obra “Collocação dos Pronomes”.

1 ORIENTAÇÃO TEÓRICO- METODOLÓGICA

A base teórico-metodológica da presente pesquisa está ancorada na Análise Dialógica do Discurso (ADD), preconizada pelo círculo de Bakhtin. Para analisar que discursos deram legitimidade ao modo de falar brasileiro na obra “Colocação dos Pronomes”, de Paulino de Brito, publicada em 1907. Discuto, a seguir, alguns conceitos da ADD e a metodologia da presente pesquisa.

1.1 ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO

Brait (2006, p. 8) orienta que “o conjunto das obras do *círculo* motivou o nascimento de uma análise/teoria dialógica do discurso, perspectiva cujas influências e consequências são visíveis nos estudos linguísticos e literários”. O *círculo* sustenta um estudo em que língua, linguagem, relação histórica e sujeito são indissociáveis. Brait reforça a ideia de que apresentar a ADD, nessa perspectiva é

Conceber os estudos da linguagem como formulações em que o conhecimento é concebido, produzido e recebido em contextos históricos e culturais específicos e, ao mesmo tempo, reconhecer que essas atividades intelectuais e/ou acadêmicas são atravessadas por idiosincrasias institucionais e, necessariamente, por uma ética que tem na linguagem, e em suas implicações nas atividades humanas, seu objetivo primeiro (BRAIT, 2009, p. 10).

Isso implica dizer que a linguagem assenta seu estudo no dialogismo, considerando que as relações discursivas são desencadeadas por sujeitos historicamente organizados, gerando atitudes responsivas. A teoria tem como eixo principal a linguagem, considerada o maior fenômeno social da interação verbal (Faraco, 2009, p. 142). A linguagem é o espaço onde são estabelecidas as relações dialógicas no sentido amplo. A língua, sendo o mecanismo mais importante que os sujeitos possuem na esfera de comunicação, não pode ser desvinculada das relações sociais (contexto histórico-cultural). A língua participa ativamente do processo discursivo, da interação entre os sujeitos, concretizando, assim, as relações dialógicas.

Segundo Faraco (2009, p. 68), a dinâmica das relações dialógicas “não apontam apenas na direção das consonâncias, mas também nas multissonâncias e dissonâncias”. Essas relações podem suscitar tanto o acordo, o mútuo, quanto à

contraposição, o embate, o conflito. Esse ponto de vista revela que as relações dialógicas encontram-se nas fronteiras discursivas e estão em constante tensão.

A partir, dos pressupostos do *círculo* sobre a ADD, considera-se a importância da teoria para o desenvolvimento deste trabalho, o qual busca analisar, do ponto de vista dialógico, os discursos dos sujeitos, levando em consideração os outros discursos e os outros sujeitos envolvidos no processo discursivo na obra ‘Colocação dos Pronomes’.

Nesse sentido, para analisar os discursos que deram legitimidade ao modo de falar brasileiro na obra “Colocação dos Pronomes” sobre o fenômeno da colocação dos pronominal no início do século XX discuto, a seguir, 5 categorias da ADD: ideologia, enunciado, gêneros do discurso, alteridade e polifonia.

1.1.1 Ideologia

Bakhtin/Volochínov (2006), ao tratarem da ideologia, postulam que é um evento dialógico concebido nas relações sociais. A linguagem é o espaço onde é percebida claramente a materialização dos fenômenos ideológicos, por isso, “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 34). O signo (palavra), sendo ideológico, possui natureza social. Reafirmando esse posicionamento, os autores argumentam que “o domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 30).

Nessa perspectiva, os autores afirmam que palavra e ideologia são indissociáveis, uma vez que no plano da criação ideológica, eles (signo e ideologia), complementam-se e correspondem-se entre si, por isso não pode haver ideologia sem o signo (palavra). Os teóricos reiteram que cada signo ideológico não é apenas o reflexo do mundo, mas também o fragmento da realidade. Nesse sentido, um signo “não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel ou apreendê-la de um ponto de vista específico” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 30).

Conforme as considerações feitas por Bakhtin/Volochínov (2006), o signo também é revestido de significado, sentido e valor. O significado está diretamente ligado aos elementos reiteráveis e estáveis do sistema linguístico (GRILLO, 2006, 139). O sentido, por sua vez, é a expressão de uma situação, uma história concreta.

Ao tratarem do significado e do sentido, os teóricos esclarecem a inter-relação entre apreciação e significado, a qual culminará nas apreciações de valor concebidas à palavra.

Por isso, “toda palavra usada na fala real possui não apenas tema¹ e significação no sentido objetivo, de conteúdo, desses termos, mas também um acento de valor apreciativo” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 135). Em cada contexto, época, a palavra ganhará um tom valorativo, um acento de apreciação, gerando compreensão e atitudes responsivas.

Implica dizer que o signo apresenta um ponto de vista, uma dimensão valorativa, em relação a outros signos ideológicos, “consequentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p 45). É o entrecruzamento de índices de valores diferentes que dá ao signo um caráter vivo e dinâmico.

Esses índices de valores contraditórios atravessam a obra “Colocação dos Pronomes”, objeto de estudo deste trabalho, e a obra ‘O Problema da Colocação de Pronomes’ de Candido de Figueiredo, que é uma réplica à obra de Brito sobre a discussão do fenômeno da colocação pronominal. A publicação do autor Português foi editada muitas vezes e teve grande circulação no Brasil e em Portugal. Dessa forma, parece ter tido maior valoração, enquanto que a obra do autor Paraense só registra uma edição (DUARTE, 2015, p. 96).

O signo, por ser revestido de valores diferentes, não apresenta apenas uma realidade, por isso, Bakhtin orienta que, na medida em que o signo reflete o mundo, ele também o refrata, faz referência às diversas interpretações do mundo de acordo com seu momento sócio-histórico. Faraco (2009, p. 51) argumenta que “a refração é o modo como se inscrevem nos signos a diversidade e as contradições das experiências históricas dos grupos humanos”.

Nesse sentido, sendo as atividades humanas heterogêneas e diversas, os signos não podem se restringir à univocidade, mas assentam-se na multiplicidade das experiências vividas e vivenciadas pelos sujeitos. Essas vivências situam-se em determinado momento, na arena ideológica, e podem confrontar-se. Esses aspectos comprovam que signo e ideologia podem refletir ou refratar múltiplas realidades.

¹ Sentido

Bakhtin/Volochínov (2006, p. 36) consideram que a palavra é um elemento essencial que cerca toda criação ideológica. O processo de compreensão dos atos ideológicos é acompanhado e comentado pela palavra. Nesse sentido, os teóricos postulam que a refração ideológica é acompanhada de uma refração ideológica verbal, pois a palavra está presente em todos os atos de compreensão, interpretação, e é o principal indicador das transformações sociais.

1.1.2 Enunciado

Quando tratam do enunciado, Bakhtin/Volochínov afirmam que “as unidades reais da cadeia verbal são as enunciações” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 217). Os enunciados são de natureza dialógica, concebidos nas relações sócio-interativas da língua. Por meio deste mecanismo de interação social, os indivíduos (re)constroem os discursos, os quais irão manifestar uma compreensão responsiva dos interlocutores.

Faraco (2009, p. 122) orienta que “os enunciados manifestam-se fundamentalmente como uma tomada de posição axiológica, como uma resposta ao já dito” ou o que ainda será, ou seja, implica uma atitude responsiva na esfera da comunicação verbal. “Cada enunciado é um elo de cadeia muito complexa de outros enunciados” (BAKHTIN, 1997, p. 291). A materialização de um enunciado está assentada na existência de enunciados anteriores e posteriores. Essa relação se explica na compreensão responsiva geradora de respostas (fundamentam-se, confrontam-se, polemizam entre si) dos locutores envolvidos no ato discursivo.

Para comprovar esse posicionamento ideológico, Bakhtin/Volochínov postulam que “toda enunciação efetiva, seja qual for sua forma, contém sempre, com maior ou menor nitidez, a indicação de um acordo ou de um desacordo com alguma coisa” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 109). Os enunciados estão em constante dialogismo.

Ao tratar da cadeia discursiva das fronteiras do discurso, Bakhtin (1997) destaca três peculiaridades constitutivas do enunciado: alternância dos sujeitos do discurso, a conclusibilidade do enunciado e a relação do enunciado com o locutor (falante) e com outros locutores na cadeia de comunicação.

A alternância dos sujeitos corresponde à pressuposição de que antes do início de um enunciado há enunciados anteriores, e após o fim dele, há os

“enunciados-respostas” (responsivos) dos outros (BAKHTIN, 1907, p. 294). A segunda peculiaridade é a conclusibilidade do enunciado, a qual está diretamente ligada à alternância dos sujeitos, pois o falante (locutor) disse tudo, ou pretendia escrever num determinado contexto e em condições precisas, concluindo, assim, seu enunciado, o qual estará apto a uma resposta ou, mais precisamente, a uma atitude responsiva.

A relação do enunciado com o locutor (falante) se refere às escolhas de composição, estilo e expressividade que o falante fará em relação ao seu objeto discursivo. Dessa forma, o locutor torna-se ativo na produção de seu enunciado (palavra, texto).

As relações dialógicas são operadas em contextos sociais diversos. Os enunciados não se apresentam estáticos frente à heterogeneidade das experiências humanas. Na esfera social, os enunciados não são indiferentes uns aos outros, mas encontram-se num processo de intensa interação e tensão. Dessa forma, para que haja a efetivação da compreensão responsiva do enunciado, é necessário considerar que o enunciado é fruto das relações de interação social, estabelecidas entre os indivíduos socialmente organizados. Os indivíduos participantes dessa interação podem ou não fazer parte do mesmo grupo social, podem partilhar ou não das mesmas ideologias.

De forma ativa e responsiva, Paulino de Brito dá a resposta a Cândido de Figueiredo sobre o modo de falar brasileiro e questiona a ideologia valorada pela Europa, a qual considerava que a única língua “correta” (português) era a prescrita por Portugal. Há uma relação dialógica em tensão entre os discursos do autor paraense e os do autor português. Os dois autores defendem a língua de pontos de vistas diferentes: Brito (1907) legitima a variação da língua portuguesa e Figueiredo (1891) crítica os supostos “erros” da fala brasileira.

1.1.3 Gêneros do discurso

Ao tratar da categoria gêneros do discurso, Bakhtin (1997) considera que todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas ao uso da língua que, por sua vez, é efetivado na forma de enunciados que emanam das diferentes realidades da atividade humana. Nesse sentido, Bakhtin orienta que cada enunciado, observado de sua esfera de utilização da língua,

“elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos de gêneros do discurso” (BAKHTIN, 1997, p. 280).

Nessa perspectiva, vamos considerar que, de acordo com o pensamento Bakhtiniano, os gêneros do discurso são entidades discursivas padronizadas concebidas nas formas de enunciados, os quais conduzem às mais diversas atividades humanas. Por isso, cada esfera da atividade humana, por ter sua essência na heterogeneidade, comporta um universo variado de gêneros do discurso, que adequam-se, (re)constróem-se, na medida em que as relações comunicativas vão sendo construídas, sejam elas mais simples ou mais complexas.

Faraco (2009, p. 126), ao reportar-se ao gênero do discurso, orienta que “falamos por meio de gêneros no interior de determinada esfera da atividade humana”. Esse argumento confirma que os discursos dos sujeitos, bem como suas ações, o dizer e as intenções, são moldados de acordo com as formas de um gênero nas determinadas esferas da atividade humana. Bakhtin reforça essa posição, argumentando que “na conversa mais desenvolvida, moldamos nossa fala às formas precisas do gênero, às vezes padronizados e estereotipados, às vezes maleáveis, mais plásticos e mais criativos” (BAKHTIN, 1997, p. 301).

Ao tratar da composição do gênero discursivo, Bakhtin (1997) destaca três elementos essenciais que se fundem e são indissociáveis no todo do enunciado: conteúdo temático, estilo e construção composicional. O conteúdo temático é mais do que um simples tema do texto. Representa os aspectos particulares e as finalidades específicas que os gêneros discursivos podem assumir no interior das esferas da atividade humana. O estilo refere-se às escolhas efetuadas em relação aos recursos linguísticos (lexicais, fraseológicos e gramaticais). A construção composicional está ligada ao caráter da organização textual do gênero discursivo.

Ao tratar da diversidade dos gêneros discursivos, Bakhtin (1997, p. 282) denomina que eles são infinitos. Há gêneros dos tipos primário e secundário, ambos apontando para mudanças de comportamento na atividade humana. No primeiro grupo, instauram-se os gêneros utilizados habitualmente no cotidiano, nas comunicações mais espontâneas (linguagem oral, reuniões familiares, cotidiana) e, no segundo grupo, estão aqueles que resultam das comunicações mais elaboradas, complexas, geralmente de natureza científica, jurídica, filosófica etc. Faraco (2009, p. 132) considera importante chamar a atenção para o fato de Bakhtin não entender

esses dois tipos de gêneros como uma dicotomia, mas eles estabelecem entre si uma relação de interdependência.

A obra 'Colocação dos Pronomes' é um gênero secundário, pois é um livro que reúne vários artigos, nos quais Paulino de Brito analisa e discute o fenômeno da colocação dos pronomes, cuja função social é defender a legitimidade do modo de falar brasileiro.

Em relação ao caráter dinâmico dos gêneros discursivos, Bakhtin (1997), orienta que estes podem sofrer mudanças e adaptações, pois são concebidos nas esferas da atividade humana. "As mudanças históricas dos estilos da língua são indissociáveis das mudanças que se efetuam no gênero do discurso" (BAKHTIN, 1997, p. 286).

Bakhtin não dissocia as mudanças efetivadas na língua das mudanças ocorridas nos gêneros discursivos. O teórico sinaliza que essas modificações são condicionadas pelo fenômeno da interação social, a qual possibilita que os gêneros do discursivo rompam as fronteiras do estático, da homogeneidade, e se adaptem às novas formas de comunicação nas esferas da atividade humana.

1.1.4 Alteridade

Bakhtin, ao tratar da existência do sujeito, preconiza que "nossa individualidade não teria existência se o outro não a criasse" (BAKHTIN, 1997, p. 55). A existência do 'eu' está centrada no 'outro', ou seja, o 'eu' encontra-se na direção do 'outro', que lhe responderá dando um tom valorativo. Pressupondo que não existe individualidade até o 'eu' achar-se no 'outro', a relação de alteridade eu/outro é um universo de valores. Esse mesmo mundo ao relacionar-se com o 'eu' ou com o 'outro', obterá índices de valores diferentes (DUARTE, 2015, p. 53). Esse universo corresponderá aos diferentes valores sociais possíveis na relação 'eu' e 'outro'.

Para fomentar a existência da alteridade, Bakhtin (1997, p. 314) postula que "a experiência verbal individual do homem toma forma e evolui sob o efeito da interação contínua e permanente com os enunciados individuais do 'outro'." A efetivação da experiência verbal individual só toma contorno quando é percebida no processo de interação com o 'outro', ou seja, o enunciado do 'outro' dá um tom

valorativo ao 'eu'. É na relação com o 'outro' que nos constituímos. Nesse sentido, Bakhtin (1997) reitera:

Para dar vida à minha imagem externa e fazê-la participar do todo visível, devo reestruturar de alto abaixo a arquitetônica do mundo de meu devaneio introduzindo-lhe um fator absolutamente novo, o da validação-emotiva da minha imagem a partir do outro e para o outro (BAKHTIN, 1997, p. 50).

Bakhtin (1997, p. 55) reafirma esse posicionamento, argumentando que o 'eu', ao reporta-se à sua própria imagem, reflete apenas as unidades fragmentárias que tem de sua expressividade. O 'eu' assenta-se, posiciona-se, em relação ao 'outro' e, a partir dessa tomada de posição, obtém índices de valores diferentes. Nessa relação entre o 'eu' e o 'outro', há a percepção do **eu - para - o - outro -**, isto é, aquilo que represento para o outro ou a forma como me mostro no campo da visão do outro. **O eu- para mim**, a percepção que eu tenho de mim ao olhar o outro, e o **outro - para -mim**, a contemplação, o juízo de valor que eu tenho do outro (BAKHTIN, 1997, p. 43-45).

Na discussão de Paulino de Brito, pode-se observar que, na relação do 'eu' (Brasil) com o 'outro' (Portugal), os índices de valores que recaem sobre cada um são diferentes. O 'outro', numa suposta posição superior, por encontrar-se no centro do mundo (Europa), prescreve quais valores e padrões linguísticos devem ser adotados pelo 'eu' (Brasil), que é visto em posição inferior (periferia), submetido aos padrões impostos pela Europa.

1.1.5 Polifonia

Segundo Discini (2006, p. 72), a noção de polifonia proposta por Bakhtin “diz respeito à multiplicidade de vozes que, orientadas para fins diversos, se apresentam libertas do centro único incorporado pela intencionalidade do autor”. No texto ecoam vozes independentes das do autor, ou seja, são múltiplas vozes que se entrecruzam e constituem o sentido do texto.

Ao tratar do sentido do enunciado, Bakhtin (1997, p. 342) reitera “que as relações do sentido entre enunciados distintos são de ordem dialógica (ou, pelo menos, têm matiz dialógico). O sentido se distribui entre diversas vozes”. Ao entender que o enunciado está assentado nas relações dialógicas, o teórico orienta

que eles se encontram com outros enunciados e estabelecem uma relação de confronto entre as vozes que ora irão concordar entre si, ora irão opor-se.

O sujeito, na atmosfera das múltiplas relações de interação social, não absorve apenas uma voz social, mas apodera-se das inúmeras vozes sociais, as quais, como já foi dito, podem estar em consonância ou em atrito. Considerando que “a realidade linguístico-social é heterogênea, nenhum sujeito absorve uma só voz social, mas sempre muitas vozes” (FARACO, 2009, p. 84). É na esfera das atividades humanas que os sujeitos relacionam-se, interagem, trocam diversas experiências (sejam elas contínuas ou efêmeras) e apropriam-se de diferentes vozes sociais.

Duarte (2015, p. 55) reitera que “é no contexto ideológico que as múltiplas vozes emergem e se entrecruzam. O sujeito se apropria dessas vozes. Às vezes, dá um tom pessoal a elas. Outras vezes, as reproduz tais qual o discurso do outro”. As múltiplas vozes são dinâmicas e podem revelar diferentes pontos de vista. Os discursos de Paulino de Brito, sobre o modo de falar brasileiro no início do século XX, são atravessados por vozes sociais que legitimam as variações na língua portuguesa em conformidade com o contexto social do Brasil.

1.2 OBJETO E OBJETIVOS

No Brasil, no final do século XIX e início do século XX, há uma considerável expressividade da transmissão de valores, ideias civilizatórias e culturais importadas da Europa. Em paralelo com essa ideologia, há uma ideologia que pensa sobre as questões do povo brasileiro. Leva-se em consideração a língua, a cultura, os costumes, os hábitos enraizados na história do povo (DUARTE, 2015, p. 104-5). Nesse contexto social, a escola se torna um dos responsáveis por despertar no cidadão brasileiro o espírito nacionalista e a valoração da sua língua.

A obra ‘Collocação dos Pronomes’, de Paulino de Brito, é o objeto de estudo deste trabalho. O compêndio foi publicado em 1907, no estado do Pará. É um livro que reúne vários artigos escritos pelo autor Paraense² em resposta a Candido de Figueiredo, gramático português, sobre o fenômeno da colocação de pronomes. Neste trabalho, analiso alguns enunciados da obra, os quais são atravessados por

² Paulino de Brito nasceu no Estado do Amazonas, mas sua vida educacional e intelectual foi no Pará, especificamente em Belém.

vozes sociais que apontam para a legitimidade do modo de falar brasileiro e referendam a valorização da identidade nacional.

O período relacionado à análise concentra-se no final do século XIX e início do XX. Delimito 1891 como ano inicial de pesquisa, ano da publicação da primeira edição da obra ‘Lições práticas de Língua Portuguesa’, de Candido de Figueiredo. Foi a essa gramática que Paulino de Brito respondeu em sua obra. A data final é 1907, ano da publicação da obra ‘Collocação dos Pronomes’.

A discussão levantada pelo autor paraense no início do século XX, sobre a legítima variação do português brasileiro, me chamou a atenção, pois o intelectual tenciona debater sobre uma língua eminentemente brasileira, passível de variação, e deixa ecoar vozes que valorizam a cultura brasileira. Nesse sentido, desenvolvo o tema: **A legitimidade do modo de falar brasileiro na obra “Collocação dos Pronomes” de Paulino de Brito (1907)**. No desenvolvimento do tema, levantei a seguinte questão: Que discursos deram legitimidade ao modo de falar brasileiro na obra de Paulino de Brito no início do século XX?

Para responder a essa pergunta, delimito como objetivo geral da pesquisa:

Analisar os discursos que deram legitimidade ao modo de falar brasileiro na obra “Collocação dos Pronomes”, de Paulino de Brito, publicada em 1907.

Para alcançar esse objetivo, pretendo:

- a) Compreender as duas principais ideologias educacionais do final do século XIX e início do século XX no Brasil.
- b) Entender a importância de Paulino de Brito para a educação no Pará.
- c) Analisar as vozes sociais que legitimaram o modo de falar brasileiro nos discursos de Paulino de Brito na obra ‘Collocação dos Pronomes’.
- d) Analisar as vozes sociais que legitimam o modo de falar brasileiro na contemporaneidade.

1.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

A partir do tema delimitado e dos objetivos estabelecidos, pretendo analisar os discursos inscritos na obra ‘Collocação dos Pronomes’ sobre o modo de falar brasileiro, com base na Análise Dialógica do Discurso (ADD), preconizada pelo círculo de Bakhtin. Bakhtin/Volochínov postulam que “O discurso escrito é, de certa

maneira, parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala, ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa, as respostas, as objeções potenciais, procura apoio, etc.” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 126).

Para Bakhtin, a linguagem é o principal eixo para compreender as relações dialógicas. É a partir da língua que se dá todas as manifestações sociais dos sujeitos, portanto, a língua não pode ser desvinculada dos sujeitos, e nem das transformações sociais ocorridas nos diferentes contextos sócio-históricos. Diante dessas considerações, nota-se a relevância da teoria para a análise das ideologias defendidas por Paulino de Brito na obra estudada.

Para alcançar os objetivos definidos, busco fazer um diálogo entre os discursos defendidos por Paulino de Brito, na obra sob análise, e as categorias discutidas pelo Círculo de Bakhtin. Nessa perspectiva, estabeleço como eixos de análise: a) O brasileirismo na colocação de pronomes: a relação entre o ‘eu’ e o ‘outro’; b) As vozes sociais que legitimam a variação linguística do modo de falar brasileiro; c) As vozes sociais que legitimam o modo de falar brasileiro na contemporaneidade.

São analisados os enunciados da obra “Collocação dos Pronomes” que tratam, de forma legítima, sobre a variação da língua portuguesa falada no Brasil, de acordo com seu contexto sócio-histórico e cultural. Os trechos analisados são fiéis à ortografia da obra, publicada em 1907.

Paulino de Brito foi um educador que se mostrou afinado às ideologias educacionais da época dele, uma das quais buscava a valorização da língua nacional, de acordo com as questões do povo brasileiro. Discorro, na próxima seção, sobre as duas principais ideologias educacionais do final do século XIX e início do século XX, no Brasil, e sobre Paulino de Brito e a educação no Pará.

2 AS DUAS PRINCIPAIS IDEOLOGIAS EDUCACIONAIS DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX NO BRASIL

A virada do século XIX ficou marcada pela instauração da República no Brasil. Apesar dessa alteração no regime político do país, o poder continuava nas mãos da elite (oligarquia), ou seja, a ideologia sobre cultura, educação e modernização continuavam sendo valorizadas pelas classes mais abastadas.

Duarte (2015, p. 105) atesta que

No final do século XIX e início do século XX, o governo brasileiro impõe-se como instituição dominante e usa a escola como foro privilegiado de suas intenções, uma das quais é inserir o país na lógica econômico do desenvolvimento industrial da Europa.

Desta maneira, a escola tornou-se um importante instrumento de (in)formação. Se, por um lado, havia uma ideologia que buscava a educação nos moldes europeus, por outro, existia uma ideologia que defendia a necessidade de instruir o cidadão brasileiro com base nos usos e costumes brasileiros.

A educação, nesse contexto, é pensada principalmente para beneficiar a elite brasileira que, por sua vez, se preocupava em educar seus filhos nos moldes da cultura europeia, sinônimo de “civilização”. Dessa maneira, mantém-se a desigualdade entre os pobres e os ricos na recém-república (RESTAINO, 2005, p. 25). No entanto, paralelamente a essa ideologia educacional voltada para elite, “há uma ideologia baseada nas ideias nacionalistas que valorizaram a cultura nacional, a qual vai desde a educação moral e cívica até o ensino da leitura e da escrita” (DUARTE, 2015, p. 106).

Duarte (2015) explica que José Veríssimo foi um dos defensores da educação nacional, voltada para questões do povo brasileiro. O intelectual critica a desvalorização da cultura brasileira e a expressiva valoração do ensino nacional, baseado em outras culturas, como por exemplo, a francesa. Os manuais de ensino se tornaram também um instrumento fundamental na representação de valores culturais “civilizados”. As gramáticas escolares eram norteadas pelo modelo de língua europeu (Portugal).

Veríssimo defendia que se fazia necessário a implantação de uma educação legitimamente brasileira, na forma e no espírito. O educador fazia parte de um grupo de intelectuais que defendia uma educação legitimamente nacional, em consonância

com as questões do povo brasileiro. No entanto, também havia escritores muito integrados aos gostos da elite, como por exemplo, Olavo Bilac que, na segunda fase republicana sob o entusiasmo pela educação, fez conferências que estimularam, em 1916, a formação da liga de defesa nacional que tencionava, por meio do exército, combater os problemas da moral do país e, através da instrução (educação), retirar o povo da ignorância (RESTAINO, 2005, p. 42).

A tarefa de reorganizar a educação nacional demandou um longo período, uma vez que, durante todo o império, a política, a economia e outras questões sociais estiveram restritas à elite. Então, mudar o cenário da educação na República tornou-se um trabalho desafiador, pois, ao mesmo tempo em que se tinha discussões sobre a valorização da educação nacional voltada para questões do povo, a ideologia de educação “civilizadora” ainda estava muito presente na sociedade elitista brasileira.

Em virtude dos discursos sobre civilização e progresso postulados na República, baseados no modelo francês, a elite brasileira buscava estar afinada à cultura europeia. Dessa forma, as críticas feitas por José Veríssimo e outros intelectuais brasileiros, como Rui Barbosa, tornava-os desalinhados com a ideologia educacional valorada pela elite brasileira, a qual primava pela “boa” educação nos moldes europeus.

Segundo Restaino (2005, p. 39), a produção cultural brasileira também contribuía para a manutenção da valorização da cultura educacional europeia, pois “nossos autores procuraram manter-se culturalmente vinculados aos padrões europeus, principalmente parisienses”. A produção literária, na maioria das vezes, era voltada para a elite, que possuía domínio da leitura e tempo para ler. Nesse sentido, havia a necessidade de atender a esse público elitizado, que roga pela ‘civilização’ e tem o gosto pela boa linguagem, prescrita pelo padrão português. Nota-se que, em meio a todas essas questões, muitos escritores brasileiros não conseguem romper com a tradição europeia e deixam de explorar, na sua literatura, as questões nacionais do povo brasileiro.

Em 1890, passado um ano da instauração da República, ainda permanecia a descentralização política proposta em 1834³. Benjamin Constant, Ministro da

³A partir do Ato adicional de 1834, houve uma mudança no sistema educacional Brasileiro, pois passou a ficar a cargo das províncias a responsabilidade pela instrução pública, cujo objetivo era

secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Influenciado pela corrente positivista, baixa o decreto n. 981, o qual buscava reformar o ensino primário e secundário no Distrito Federal e poderia servir como base para outros Estados. O decreto prevê que o ensino primário seja livre e gratuito. A educação primária se compõe de escolas primárias de 1º grau (alunos de 7 a 13 anos) e escolas primárias de 2ª grau (alunos de 13 a 15 anos). O 1º grau se subdivide em três cursos: o elementar, o médio e o superior (DUARTE, 2015, p.107).

Cinco anos após a reforma proposta por Benjamin Constant, foi publicado o livro escolar *Antologia Nacional* (1895), de Carlos Laet e Fausto Barreto. O compêndio serviu como modelo norteador do ensino de leitura no Brasil. Num momento em que se tinha uma grande valorização do ensino da língua nacional e a cultura como elemento principal dessa afirmação, a obra, em tese, viria para sanar a lacuna que havia em obras legitimamente brasileiras (de autores brasileiros) que tratassem das questões do povo.

A obra não deixou de estar atrelada ao modelo linguístico de Portugal, uma vez que, referendava, principalmente, os textos de escritores consagrados da literatura portuguesa para fundamentar o ensino do 'bom' português. Obteve várias edições, o que demonstra a sua grande aceitação naquele contexto da educação nacional. Por outro lado, os textos de escritores brasileiros que tratavam de questões delicadas do contexto sócio-histórico e cultural do Brasil aparecem de forma ponderada, a fim de não contrariar os ideários de civilidade e progresso valorizados pela elite.

Desta maneira, Restaino (2005) revela que houve a omissão de questões polêmicas do povo brasileiro na *Antologia Nacional*, como, por exemplo, a questão do negro. Ao citarem Castro Alves (um dos principais autores abolicionistas), os autores não quiseram polemizar e escolheram a obra "O livro e a América", que não trata do tema. Dessa forma,

Não ousando trabalhar o assunto, perderam a chance de auxiliar na formação da mentalidade da elite brasileira e, mais uma vez, não reforçam o assunto sobre o preconceito que já era bastante acentuado na sociedade brasileira. Outro tema nacional da época que não foi abordado pela *Antologia Nacional* é o sertão. Ai, mais uma vez, temos um assunto delicado e polêmico (RESTAINO, 2005, p.83).

descentralizar o poder que o império detinha sobre a educação primária e deixá-la a cargo das províncias.

Nesse sentido, nota-se que, apesar de ter-se a ascensão de uma ideologia educacional que busca a valorização da cultura e da língua nacional, não há efetivamente um ensino voltado aos temas nacionais e nem condições de acesso à educação para todas as classes sociais. Desse período, atesta-se que há uma dualidade entre as duas principais ideologias educacionais debatidas no Brasil no final do século XIX e no início do século XX.

Esse ponto de vista se confirma ao se perceber a seletividade que houve, nas aulas de leitura, sobre os assuntos e textos que convinham para a educação das crianças e jovens brasileiros. É privilegiada a ideologia que tenciona formar e civilizar o indivíduo de acordo com os interesses da elite, atrelada aos padrões de cultura estrangeira, a fim de mostrar-se afinada com o que vinha de melhor de além-mar. Duarte (2015, p. 112) confirma esse posicionamento ao dizer que

Nas aulas de leitura não cabia tratar das coisas e dos temas nacionais, pois muitos não convinham à formação das crianças e jovens, filhos de senhores de escravos da elite brasileira. Os temas que mais interessavam eram os que provinham da Europa.

Não era conveniente (e ainda não é) para a elite, incutir nos seus filhos as questões nacionais, como o negro, o sertão, visto que, do ponto de vista deles, não era sinônimo de civilidade e nem de progresso. Por isso, eram priorizados os temas europeus. Se, por um lado, a elite dispunha de escolas para a educação de seus filhos, por outro lado, “a camada popular continuou marginalizada e fora da escola, em virtude de que o ensino primário no período republicano não recebeu maiores atenções” (CLARK, s/d. p. 11). A implantação do ensino primário gratuito não veio acompanhada de políticas de incentivo e nem de condições que possibilitassem aos indivíduos ter acesso ao ensino. Esse é um dos fatores responsáveis pelo afastamento da classe popular da escola e acabou contribuindo para os altos índices de analfabetismo na passagem do século XIX para o século XX, no Brasil.

A atenção maior esteve voltada para o ensino superior, pois mantinha-se o tradicionalismo de formar a elite. “Dessa maneira, o ensino superior continuou com a função de formar doutores e bacharéis de direito, assegurando a esses a ascensão social” (CLARK, s/d. p.11). A sociedade brasileira permanece sob influência dos discursos de modernização e civilidade, que poderiam ser alcançados a partir de profissões (direito, medicina) valoradas naquele contexto histórico.

No Pará, Paulino de Brito, na obra ‘Colocação dos Pronomes’, discute sobre o fenômeno da colocação dos pronomes e referenda o espírito nacionalista na legitimidade do modo de falar brasileiro. O autor defende, na sua obra, o desprendimento das formas linguísticas impostas por Portugal e legitima a linguagem nacional como principal característica da identidade do povo brasileiro. Devido sua profissão como professor em Belém, assim o fez de forma esclarecedora e acessível. Desta maneira,

Paulino de Brito demonstrou e defendeu as diferenciações linguísticas, as diferenciações de falar e de escrever entre os dois países, tendo como opositor a Candido de Figueiredo, então havido por brasileiros e portugueses como a suprema autoridade (PARÁ, 1970, p. 22).

Num momento em que havia uma grande credibilidade atribuída às obras de autores estrangeiros, Paulino de Brito se mostrava com autoridade superior. Responde criticamente à ideologias regida pela Europa, que valoriza apenas uma forma “correta” de falar e escrever e contesta esse ponto de vista, ao argumentar que privilegiar somente essa ideologia era desconsiderar a dinamicidade da língua e as formas de linguagem enraizadas na história do povo.

2.1 PAULINO DE BRITO E A EDUCAÇÃO NO PARÁ

Paulino de Almeida Brito nasceu em Manaus, em 9 de Abril de 1858. Seus pais se chamavam Paulino de Almeida Brito (capitão engenheiro da artilharia) e Ricarda de Almeida Brito. Aos 4 anos de idade, devido ao exercício do trabalho do pai, foi morar com a família na província de Mato Grosso. Estavam há pouco tempo residindo ali, quando eclodiu a guerra do Paraguai. Mato Grosso foi invadido pelos rivais e seu pai, tendo que cumprir o exercício de Capitão da artilharia, acompanhou a sorte de seu batalhão. Em virtude da guerra sangrenta, em 1868, morria em campanha, deixando sua família órfã.

Em 8 de julho de 1870, Paulino, com cerca de 12 anos de idade, chegava à Belém junto com sua família. Sua instrução primária foi no colégio “Santos Inocentes”, fundado em Belém, dirigido pelo Cônego Antônio Gonçalves da Rocha. Durante a adolescência, devido seu amadurecimento precoce e necessidade de ajudar a família, viu logo que precisava ir trabalhar (PARÁ, 1970, p. 104). Tendo procurado trabalho em diversos ramos, acabou entrando para o jornal “Liberal do

Pará”, a fim de aprender o ofício da tipografia. No jornal, exercia o cargo de tipógrafo, porém, pouco tempo depois, ganhou destaque entre seus companheiros de trabalho e começou a publicar as suas primeiras produções, as quais revelaram seu talento como escritor. Devido a sua habilidade como escritor, logo subiu ao cargo de repórter e jornalista (PARÁ, 1970, p. 104-105).

Nesse mesmo período, Paulino de Brito formou-se na Escola Normal e iniciou a carreira no magistério. Em 1884, partiu para São Paulo, onde cursou a faculdade de direito. Acabou concluindo seu curso de ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito do Recife (profissão que nunca exerceu). Em 1889, formou-se em meio às aclamações do advento da República. Retornou ao Amazonas. Casou-se com Dona Hermínia de Amorin Brito, de cujo matrimônio nasceram três filhos. Mais tarde, casou com Dona Maria Dias de Brito. Do novo casamento nasceu um filho, José Vicente.

Paulino de Brito, não tendo nascido no Pará, mas no Amazonas, teve entretanto, a sua vida intelectual, a sua vida literária, sua vida de professor no Pará, especificamente em Belém (PARÁ, 1970, p. 12). Mas foi no magistério sua principal ocupação, pois

lecionava nos institutos oficiais, mas em caráter de interinidade. Vagou, porém a cadeira de português da Escola Normal, e foi posta em concurso. Paulino conquistou-a revelando por essa ocasião, além de notável erudição, a palavra, clareza de exposição e um admirável sentimento de método e precisão (PARÁ, 1970, p. 106).

O caráter irreverente do intelectual deu-lhe notoriedade como professor, jornalista e filólogo, ciência na qual havia se especializado e possuía uma vasta experiência. Seu comprometimento como educador lhe possibilitou viver do ensino, “para o ensino, pelo ensino, numa própria encarnação do magistério. Por isso, não gostava que o chamassem de doutor. Professor, sim, era o tratamento que desejava, que pedia” (PARÁ, 1970, p. 29-30).

No período (final do século XIX) em que Paulino de Brito exercia o magistério em Belém, “o ensino da língua vernácula recebera[...] nova orientação, que modificou na gramática os velhos métodos e a antiga terminologia” (PARÁ, 1970, p. 106). O caráter inovador da iniciativa, bem como a falta de clareza nas gramáticas a respeito das novas orientações de ensino, deixava professores e alunos numa situação confusa. Brito, no papel de professor, defrontava-se com dificuldades, uma

vez que não se tinha um material esclarecedor que fosse capaz de nortear as novas orientações do ensino da língua. Essas questões o levaram a publicar várias gramáticas que foram adotadas pelas escolas da época, no Pará e em outros estados. Num momento de valorização à ideologia educacional baseada no modelo europeu Brito se destacava ao valorar a língua nacional.

Foi então, que ele (Paulino de Brito) tomou a iniciativa e sugeriu tornar acessíveis aos seus alunos as noções das primeiras orientações do novo ensino. Nesse sentido, compôs a sua primeira gramática elementar:

considerado um reduzido compêndo; mas pela forma, pela clareza, pela sistematização e pela limpidez com que é exposta a matéria constituiu um passo decisivo para a situação caótica existente, desoprimindo a mocidade escolar dos tropeços em que se debatia (PARÁ, 1970, p. 107).

A obra foi tão bem recebida que foi aprovada e recomendada pelos conselhos de instrução Pública do Pará, do Amazonas e do Rio de Janeiro. Desta forma, o educador contribuiu não só para a educação paraense, mas também para a nacional. A forma clara com que Brito tratava a linguagem brasileira o diferenciava dos demais gramáticos de sua época, que em sua maioria tratavam as questões da língua nacional de maneira complicada e distante do contexto sócio-histórico e cultural dos brasileiros.

Esses aspectos tornaram Paulino de Brito um intelectual à frente de seu tempo. Ele possuía um vasto conhecimento sobre a linguagem e deixou ecoar nas suas obras vozes sociais que legitimam o uso da língua nacional de forma natural, de acordo com o contexto histórico e as relações sociais dos sujeitos.

O educador paraense é autor de livros de poesias. Escreveu: ‘Noites em Claro’ (1888), ‘Cantos Amazônicos’ (1900) e ‘Histórias e Aventuras’ (1902). Como gramático e filólogo da língua, escreveu: ‘Novo Método de leitura’, ‘Gramática Primária da Língua Portuguesa’, ‘Gramática Complementar da Língua Portuguesa’, ‘Colocação dos Pronomes’ (1907), ‘Brasileirismo’ (1908) (PARÁ, 1970, p. 277).

Como educador paraense, foi fundador do colégio “São Vicente de Paulo”, e publicou os “preciosos livros didáticos que estiveram em uso durante muitos anos nas escolas do Pará e do Amazonas (PARÁ, 1970, p.42).

Devido seus trabalhos desenvolvidos no ramo da literatura, Brito fez parte de várias associações culturais e agremiações culturais em Belém, como por exemplo, Mina literária, Sociedade dos Estudos Paraenses e Academia Paraense de letras. O

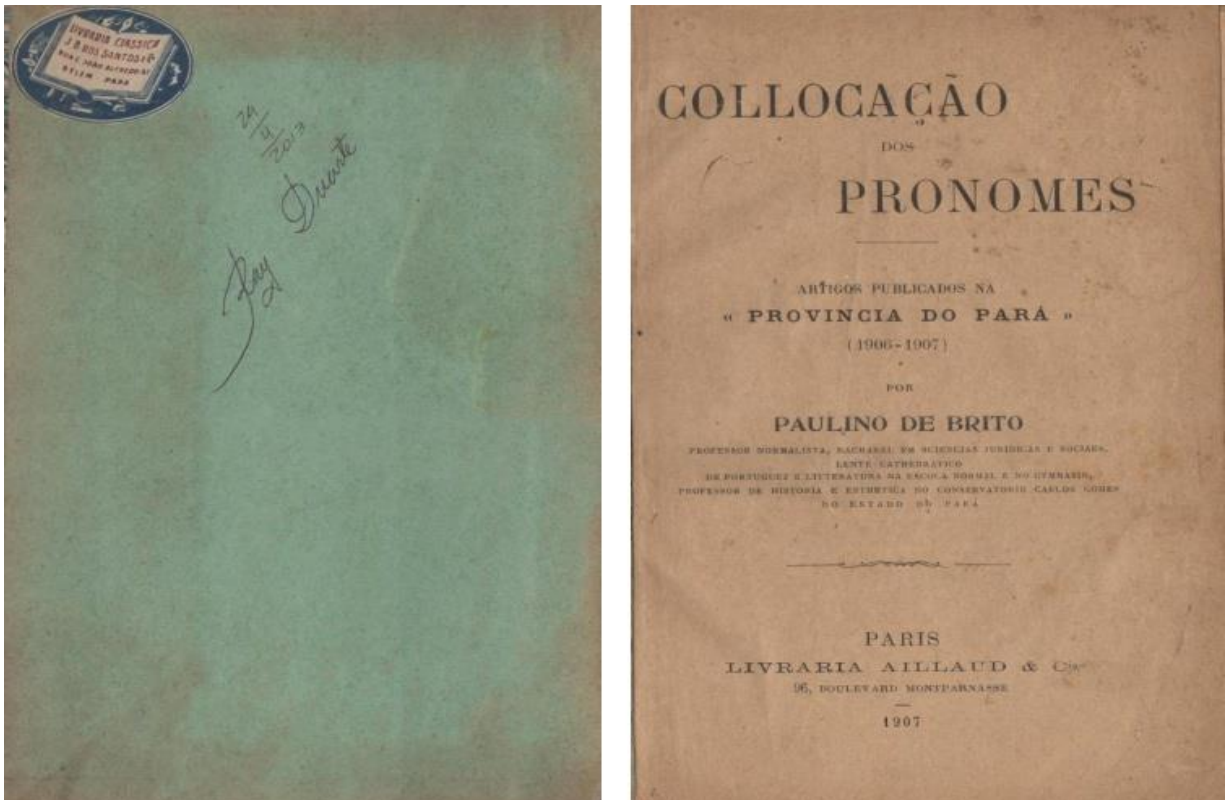
educador também esteve engajado em questões sociais, como a abolição da escravidão. Essas participações contribuíram para torná-lo um notável educador do Pará, no final do século XIX e início do XX.

Católico praticante, o jornalismo e o magistério tomaram parte de suas ocupações, principalmente na luta em prol do desenvolvimento das ideias religiosas e da formação nela baseada. Nos últimos 10 anos de vida, Paulino de Brito passou enfermo, porém, continuava colaborando com a imprensa, escrevendo artigos para jornais. Faleceu em Belém, dia 16 de novembro de 1919, aos sessenta e um anos.

A obra 'Collocação dos Pronomes' foi publicada em 1907, início do século XX, pela editora Aillaud e Cia, editada em Paris. É constituída de vários artigos escritos por Paulino de Brito, os quais fazem parte das respostas dadas a Candido de Figueiredo, devido às críticas feitas pelo gramático português ao modo de falar brasileiro, chamado por Figueiredo de brasileirismos.

A obra, como um gênero do discurso 'suplemento às gramáticas portuguesas', tem como função social discutir sobre a legitimidade do modo de falar brasileiro no fenômeno da colocação de pronomes.

Figura 1. Verso da capa e folha de rosto da obra "Collocação dos Pronomes", de Paulino de Brito



Paulino de Brito, que tinha um vasto conhecimento sobre a língua, rebateu as críticas feitas pelo gramático português e argumentou sobre o silenciamento que os compêndios mantinham sobre o ponto de vista de Candido de Figueiredo ao modo de falar no Brasil. “A razão é que os compêndios, ainda os melhores, guardavam o silêncio sobre o caso” (BRITO, 1907, p. 6). Percebe-se que não se discutia efetivamente sobre uma língua eminentemente brasileira, visto que, era mais fácil curvar-se diante das normas impostas pelos gramáticos, os quais ditavam regras baseadas no “bom português” de Portugal.

A seguir, com base na Análise Dialógica do Discurso (ADD), analiso os discursos sobre o modo de falar brasileiro na ‘Colocação dos Pronomes’ e as vozes sociais que atravessam esses discursos.

3 ANÁLISE DOS DISCURSOS INSCRITOS SOBRE O MODO DE FALAR BRASILEIRO NA OBRA ‘COLLOCAÇÃO DOS PRONOMES’

Candido de Figueiredo, no primeiro volume da sua obra *Licções Práticas da Linguagem Portuguesa*, publicada em 1891, ao analisar sintaticamente o verso “Um soneto pediste-me, criança”, de um poema que fora dado ao intelectual por um admirador, polemiza ao dizer que “Um soneto pediste-me... é um brasileirismo, que deve rejeitar-se em bom Portuguez” (BRITO, 1907, p. 9). Paulino de Brito, a partir dessa crítica, trava uma discussão ideológica em que defende a legitimidade do modo de falar brasileiro, levando em consideração as ideologias presentes nos contextos sócio-histórico e cultural do país, especificamente do Pará.

Bakhtin orienta que “A realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 34). As manifestações das ideologias são atravessadas por um posicionamento social, por pontos de vistas, os quais estão presentes no discurso.

A República foi uma época dominada pelos discursos neoliberais de progresso e civilização, predominantemente oriundos da França. Havia uma supervalorização concebida à cultura europeia, a qual revela uma tentativa de modernizar e civilizar a sociedade brasileira. Busca-se, sobretudo, mascarar a pobreza e a marginalidade existente nas capitais brasileiras, a fim de apagar os vestígios do espírito colonialista que, por décadas, o Brasil carregava, e colocá-lo no contexto da modernidade. Para a elite, é fundamental que haja a construção de uma nova imagem para a nação brasileira, capaz de representar modernidade, industrialização das cidades e, ao mesmo tempo, como disse acima, mascarar a pobreza da sociedade brasileira. Ou seja, tencionava-se apagar a visão de colônia e periferia que perduravam no Brasil.

Partindo dessas questões, analiso, nesta seção, os discursos que legitimam o modo de falar brasileiro na obra ‘Collocação dos Pronomes’, e as vozes sociais que atravessam esses discursos.

3.1 O BRASILEIRISMO NA COLOCAÇÃO DE PRONOMES: A RELAÇÃO ENTRE O ‘EU’ E O ‘OUTRO’

Conforme já tratamos neste estudo, no final do século XIX e início do século XX, o ensino da língua no Brasil era norteado pelas ideologias vindas de Portugal.

As normas prescritas eram ditadas por intelectuais portugueses consagrados, como Candido de Figueiredo. A voz de autoridade era (e continua sendo) de Portugal. O modelo de linguagem a ser seguido era atravessado pelas vozes sociais representadas pela Europa, a qual tornou-se referência de civilização e progresso para o mundo. A ideologia que defende a preservação do padrão linguístico europeu é representada no discurso do gramático português, ao analisar o verso do soneto “um soneto pediste-me criança”.

A censura feita pelo intelectual português à forma de colocação do pronome oblíquo *me* revela, não apenas, uma repreensão à forma da colocação pronominal, mas é uma ideologia que reprime as maneiras peculiares do modo de falar brasileiro, pois a forma não se enquadra dentro dos padrões do bom português de Portugal.

É a essa ideologia, que valora apenas uma forma de língua “correta”, que Paulino de Brito responde. E a partir desse ponto de vista, o autor paraense trava uma “briga” ideológica com o intelectual português. De maneira ativa e responsiva, o intelectual paraense defende a legítima variação da língua portuguesa no Brasil, respeitando a língua como processo ativo e dinâmico, concebido nas relações sócio históricas dos sujeitos. O posicionamento do autor paraense está de acordo com que Bakhtin postula sobre compreender e responder ativamente um discurso, pois

O ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude responsiva ativa: ele concorda ou discorda total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc. (A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prenhe de resposta (BAKHTIN, 1907, p. 290)

A compreensão responsiva culminará na atitude responsiva, haja vista que, toda enunciação “contém sempre, com maior ou menor nitidez, a indicação de um acordo ou desacordo com alguma coisa” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 109). O autor paraense, de forma ativa e responsiva, questiona: “*Deve rejeitar-se... deve substitui-se... Mas por que?*”. “*É um brazileirismo... porque é brazileirismo?*” (BRITO, 1907, p. 10). Ao fazer esses questionamentos, Paulino de Brito tenciona debater por que a maneira de falar no Brasil é considerada de menos prestígio do que a de Portugal, já que devia ser substituída pela forma portuguesa, e reitera seu ponto de vista ao argumentar:

Sendo, porém, os *brazileirismos* peculiaridades do falar brasileiro, e sendo a língua portuguesa susceptível de variar as suas fórmulas, pôde suceder que os pretensos *brazileirismos* não passem de meras preferências, dentro dos limites da correção gramatical e da vernaculidade (BRITO, 1907, p. 10).

O posicionamento assumido pelo autor paraense, ao responder a Candido de Figueiredo, legitima a língua portuguesa e seu caráter móvel, passível de variação, e mostra que as formas de fala no Brasil são distintas das de Portugal. Dessa forma, o *brazileirismo* não pode ser considerado um “erro” que deve ser repudiado. As formas peculiares do modo de falar Brasileiro não deveriam ser valoradas de forma negativa porque são formas legítimas consagradas pelo povo brasileiro.

Ao utilizar o termo *brazileirismo*, o intelectual português coloca em evidência os índices de valores negativos em relação à língua propriamente brasileira e valora positivamente o padrão linguístico imposto pelo modelo europeu. Portugal, nesse contexto, está em evidência mundial, prescrevendo os padrões linguísticos. O português ‘culto’ falado em Portugal se torna um modelo a ser seguido pelo Brasil, numa época em que importar costumes europeus era sinônimo de ‘civilidade’ e progresso.

Igualar-se à Europa é também reproduzir o ensino da língua de acordo com o modelo europeu (Portugal). Nota-se que essas ideologias de ensino da língua culta são atravessadas por vozes sociais que tencionam civilizar o indivíduo republicano (no Brasil) nos moldes dos costumes, hábitos importados da Europa.

Levando-se em consideração os distintos horizontes sociais em que cada autor está inserido e as ideologias defendidas por estes, os índices de valores atribuídos aos discursos de cada um serão diferentes, os quais implicarão diretamente na circulação e na aceitação das obras por eles publicadas. Sobre a obra ‘Collocação dos Pronomes’, do autor paraense, que discute sobre a legitimidade do modo de falar brasileiro, há registro de apenas uma edição, enquanto que a obra de Candido de Figueiredo, ‘O problema da colocação dos pronomes’, réplica à obra do educador paraense, com várias edições, circulou amplamente no Brasil até a década de 1950 (DUARTE, 2015, p. 95).

Observa-se o entrecruzamento de índices de valores diferentes que atravessam as obras envolvidas na discussão sobre o fenômeno da colocação dos pronomes. A obra do intelectual Português, por ter maior reconhecimento internacional, segue norteando o ensino da língua no Brasil por longos anos.

Enquanto que a obra de Paulino de Brito, apesar de tratar de um tema nacional e referendar a linguagem brasileira, não foi digna de valorização nem pelos autores brasileiros que, no início do século XX, já discutiam as questões da língua legitimamente nacional. São vozes sociais, as quais revelam que durante muito tempo o ensino da língua no Brasil esteve (e ainda está) norteado pelas produções de autores estrangeiros. Desgarrar-se desse padrão europeu não foi (e não é) uma tarefa fácil. Uma vez que “nos faltava clareza na atuação de intelectuais e políticos, falava-se em nacionalidade, mas, ao mesmo tempo, valorizavam-se escritores e assuntos que não se afinavam com que era do Brasil” (RESTAINO, 2005, p.119).

A Amazônia paraense, nesse contexto, vivia o apogeu do ciclo da borracha. A elite paraense passava por um forte processo de aculturação europeu. Buscava-se moldar o indivíduo paraense aos comportamentos refinados da França. O período conhecido como *Belle Époque* revela que as ideologias recorrentes dessa época buscavam importar os modelos de cultura vindos de além-mar, a fim de tornar o sujeito um ser civilizado. Sarges (2010, p. 179) explica que é na administração de Antônio Lemos que um novo cenário vai ser implantado na cidade de Belém.

Tendo o administrador estabelecido como princípios básicos dessa metamorfose a condenação dos hábitos e costumes anteriores da população, colocada em prática através de uma política e polícia sanitária, e a remodelação do espaço público central, identificado como o modelo urbano europeu.

Sarges e Lacerda (2009), ao tratarem desse período de embelezamento de Belém e do indivíduo Belemense, atestam que a política de controle e repreensão compreendia também limitar as manifestações culturais e costumes típicos do povo paraense, o que resultava em constantes embates entre populares e autoridades policiais. Dessa forma,

Os costumes da cidade -como acender fogueiras na rua, coarar no espaço público, banhar-se na maré, organizar festas de santos com seus mastros característicos, como ocorria na festa do Espírito Santo, no Bairro do Umarizal, dançar em Condões, e muitos outros costumes - serão levados a uma integração social de acordo com que entendiam os promotores da civilização dos trópicos (SARGES E LACERDA, 2009, p.170).

Aos olhos dos conservadores da elite e do governo da época, os costumes e hábitos peculiares ao cidadão paraense representavam o contraste entre a ‘civilização’ e a desordem. Diante desse contraste, se fazia necessário inserir mais

civilidade nas práticas típicas do povo paraense a fim de este se adequar aos novos padrões de modernidade. São vozes sociais que restringem a identidade própria do paraense. Paulino de Brito faz sua publicação nesse contexto sócio-histórico e cultural, em que a criança brasileira deveria ser instruída nos moldes da cultura europeia, a fim de torna-se um indivíduo culto e ‘civilizado’.

A posição ideológica de Candido de Figueiredo se legitima na relação do ‘eu’ com o ‘outro’, em que, ao ter-se como referência Portugal (o outro), o Brasil (eu) é valorado de forma negativa em relação à forma de falar brasileira (*brasileirismo*). Ideologicamente, há um valor de prestígio que se atribui ao outro (Portugal). A língua, nesse aspecto, aparece estática, sem possibilidades de alterações. O intelectual Português legitima que a língua civilizadora e “cultura” (português de Portugal) é a que possui maior prestígio internacional.

No entanto, Brito chama a atenção que esse ponto de vista, defendido por Portugal (outro), não encontra mais razão coerente, uma vez que a variedade brasileira é legítima. A cultura, os costumes e hábitos, se alteram. Da mesma forma, a língua não permanece imóvel, mas altera-se e adapta-se às transformações sociais.

O educador paraense argumenta que há um distanciamento entre o ‘eu’ (Brasil) e o ‘outro’ (Portugal), no que tange às formas peculiares do modo de falar brasileiro, haja vista que a língua, sendo um fenômeno ativo, não se apresenta de maneira estática ou indiferente ao fenômeno de variação. Por isso, Brito critica o tratamento que autores portugueses (incluindo Candido de Figueiredo) atribuem à língua: “Repudiando-os levemente, desconfessando a sua obra, só conseguimos mostrar o quanto d’ eles nos distanciamos, e o muito que temos resvalado e perdido do que já fomos, em menos de meio século” (BRITO, 1907, p. 14).

Ao tratarem sobre qual variedade linguística deve ser valorada, os autores portugueses apoiam-se no purismo, classicismo e na boa linguagem das obras consagradas pelos escritores portugueses, ao passo que negam as formas linguísticas também consagradas por escritores brasileiros.

A partir desse ponto de vista, o intelectual paraense busca o desprendimento das ideologias europeias e defende a construção da identidade nacional, a qual considera os aspectos culturais e linguísticos peculiares do povo brasileiro. O autor paraense, ao defender sua ideia da variedade linguística, da dinamicidade da língua, apresenta um ponto de vista em que valora de forma negativa, em que, “Portugal o

elemento estático, nós o *dynamico*” (BRITO, 1907, p. 13). Trata-se de vozes sociais que legitimam a dinâmica da língua que resulta no fenômeno da linguagem nacional, passível de variação.

3.2 VOZES SOCIAIS QUE LEGITIMAM A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DO MODO DE FALAR BRASILEIRO

Para legitimar seu ponto de vista sobre a variedade linguística, Paulino de Brito descreve, em sua obra, os diferentes usos do português de Portugal, comparando-o com o português do Brasil. O educador (BRITO, 1907, p. 10) revela que “o povo, por exemplo, diz em Portugal << está a cantar >> e no Brazil <<está cantando>. Em Portugal << cá estou >> e no Brazil << aqui estou >>”.

O intelectual do Pará defende as variações legítimas do modo de falar nos dois países e ressalta as diferenças. No seu discurso ecoam vozes sociais que orientam que a língua (português) falada no Brasil não pode estar sujeita às mesmas regras utilizadas em Portugal, posto que, em cada contexto sócio-histórico e discursivo a língua tem suas próprias peculiaridades, sua identidade e características. E a comunidade linguística é a principal responsável pela dinamicidade da língua.

São os diferentes contextos sociais que materializam a mobilidade da língua. Dessa forma, o contexto sócio-histórico brasileiro no início do século XX não pode ser considerado o mesmo que o de Portugal. Ainda que houvesse uma forte inserção de cultura europeia no Brasil, é importante ressaltar que havia uma ideologia que defendia o carácter nacional, “essa preocupação com o sentimento de nacionalidade contaminava o Brasil desde o momento da independência” (RESTAINO, 2005, p.42).

Conforme já foi discutido neste trabalho, no início do século XX havia duas ideologias que norteavam o ensino da língua portuguesa no Brasil. Uma que “valorizava o exemplar da língua europeia, e a necessidade que tínhamos em manter a bem-vinda unidade linguística do país a fim de que não se tornasse ainda mais difícil a formação de nossa nacionalidade” (RESATAINO, 2005, p. 112). Paralelo a essa ideologia elitista, havia um discurso nacionalista que procurava a afirmação de um carácter nacional em busca de legitimar a identidade brasileira (RESTAINO, 2005, p. 118). Ainda que lenta, foi uma forma de introduzir as questões

nacionais (cultura, hábitos, costumes) na educação da República. Há, portanto, um dialogismo entre os discursos de Paulino de Brito e a ideologia que tenciona fomentar o espírito nacionalista no ensino da língua. O discurso do educador paraense está afinado com essa ideologia. O intelectual não se deteve aos paradigmas educacionais elitistas predominantes na República.

Na obra sob análise, Paulino de Brito defende a legitimidade do modo de falar brasileiro. O autor justifica que nossa cultura, nosso costume, é diferente do de Portugal e a língua não se mostra indiferente a essas peculiaridades. Ela (a língua) é o principal elemento que caracteriza a identidade de um povo. Essa posição valorativa, tomada por Paulino de Brito, se confirma no discurso de Lucchesi (2001) sobre as mudanças no contexto sócio- histórico no Brasil que refletem na língua. O autor afirma:

O movimento político, institucional e cultural de construção de uma nova nação independente se foi refletindo, lentamente e não sem resistência, no plano linguístico, liberando o padrão linguístico nacional de seus cânones conservadores e europeizantes (LUCCHESI, 2001, p. 106).

Essas vozes sociais legitimam as mudanças linguísticas em consonância com as mudanças nas relações sociais e com o contexto sócio-histórico no qual estão inseridos os sujeitos. Segundo Duarte (2015), as mudanças ocorridas nas ideologias refletem as profundas mudanças na língua. E Bakhtin reitera que “a palavra é o indicador mais sensível das transformações sociais” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 34). Esse ponto de vista se comprova no discurso do intelectual Paraense ao argumentar que

Se alguma coisa de liquido, de incontestavel, se tem podido apurar d'essas controversias, é justamente isto: que o portuguez não sendo uma lingua morta, caso em que línguas se immobilizam, se ha de alterar no tempo e no espaço, queiram ou não queiram, e no Brazil essa alteração se fará de accôrdo com as condições do meio em que vivemos (BRITO, 1907, p. 13).

O intelectual paraense, ao responder de maneira responsiva às críticas feitas por Candido de Figueiredo, afirma que o português é uma língua viva. O discurso do educador é, ideologicamente, atravessado por vozes que sustentam a variação legítima da língua portuguesa e defende que não há apenas uma forma de falar, pronta e acabada, regida por Portugal. Nesse ponto de vista, as inegáveis alterações

ocorridas na língua portuguesa estão em consonância com as mudanças nas relações sociais no Brasil.

É por isso que Bakhtin/Volochínov, ao tratarem da palavra, postulam que esta é capaz de penetrar em todas as relações sociais. Dessa forma, não pode ser dissociada das transformações sociais, pois “é capaz de registrar as fases mais transitórias, mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 40). A palavra está inserida em todas as esferas das atividades humanas. É por meio dela que são operadas as transformações nas relações sociais nos domínios ideológicos.

O autor paraense, no enunciado a seguir, questiona no que a posição ou a transposição de uma partícula pronominal pode comprometer a funcionalidade da língua, ou seja, sua compreensão.

De parte a nova seita dos pronominalistas, perguntemos uma vez por todas, e muito seriamente - em que a collocação de uma particula, cujo logar é junto ao verbo, poderá ferir a bõa linguagem sendo collocada depois e antes, ou antes e não depois, desde que um principio qualquer não seja com isto postergado? [...].

Tanto a construcção directa, como a inversa, ou a transposta, são familiares ao portuguez, e o seu uso é livre, sob condição apenas de ficar prejudicada a eufonia, nem a clareza (BRITO, 1907, p. 28).

A defesa da liberdade de uso da língua, especificamente dos pronomes oblíquos, é justificada pelo autor, que defende que, tanto a construção sintática direta quanto a inversa ou transposta são peculiares à língua Portuguesa. Portanto, as formas de usos em Portugal e no Brasil ficam livres. As vozes sociais que atravessam os discursos de Brito reconhecem a legítima variação do Português, sem considerar uma forma melhor e menosprezar outra, como fazem os puristas portugueses. Na defesa da língua Nacional, o autor paraense, declara:

Aceitar as taes colocações como brazileirismos, e os taes brazileirismos como incorrecções grosseiras, o dilema é este: ou confessamos que muito o espirito da nossa nacionalidade se tem abastardado de uns anos a esta parte, ou convimos que os nossos prosadores e poetas, ainda os melhores, não passaram de uns réles escrivinhadores sem imputação literária (BRITO, 1907, p. 12).

A crítica feita por Paulino de Brito chama atenção para a necessidade da afirmação da identidade nacional, a qual é revelada através da linguagem. Os supostos desvios, desprezados por Candido de Figueiredo, deveriam ser encarados

pelos sujeitos brasileiros como peculiaridades do seu falar e não como incorreções grosseiras. Para sustentar esse posicionamento social, o autor do Pará argumenta que é preciso reconhecer as alterações que ocorreram nas relações sociais do povo brasileiro, caracterizando a nacionalidade do Brasil, as quais são referendadas na literatura de escritores brasileiros.

Desta maneira, Paulino de Brito, na intenção de legitimar seu posicionamento ideológico sobre a língua propriamente brasileira, digna de variações, apoia-se nos escritores brasileiros do final do século XIX, os quais já deixavam ecoar nas suas obras vozes sociais que valoravam a cultura e a língua nacional. Vejamos os enunciados a seguir:

Não é de agora que os escriptores brasileiros nutrem a convicção de que, para accentuar vigorosamente o character da nossa literatura, é preciso ceder ahi um grande logar á acção do povo, com sua linguagem, com sua indole, com seus costumes [...]
Deve estar viva tambem na memoria de todos a polemica entre José de Alencar e Pinheiros Chagas, a proposito sempre d'esse eterno thema, das alterações da linguagem portugueza no Brazil (BRITO, 1907, p. 12).

O zelo pelo modelo de língua defendida por Candido de Figueiredo está pautado nos escritores clássicos da literatura portuguesa, considerados os grandes detentores do saber da língua culta. No entanto, para negar esse ponto de vista, o educador paraense recorre aos escritores consagrados da nossa literatura para mostrar que havia escritores brasileiros que valorizavam, de forma positiva, os aspectos peculiares da cultura brasileira, tencionando o reconhecimento da identidade do povo brasileiro. Nesse viés, surge a defesa da língua nacional, constituída com (e a partir do) povo.

Paulino de Brito menciona, no enunciado acima, a polêmica envolvendo José de Alencar e Pinheiro Chagas no final do século XIX. Na ocasião, o crítico literário português, ao fazer a recepção da obra “Iracema”, de Alencar, elogia-o pela escolha de um tema nacional e pela busca da autonomia da literatura nacional. No entanto, o intelectual português censura os “erros” gramaticais expostos na obra e critica também a insistência de se introduzir neologismos e de se utilizar uma língua diferente do velho português (MOREIRA, 2013, p. 196-197).

Há um purismo intrínseco no discurso ideológico do crítico literário, o qual recrimina a linguagem usada por Alencar, ou seja, mesmo considerando a obra do

escritor brasileiro de grande importância para literatura nacional e internacional, são apontados e criticados os desvios presentes na obra.

Com isso, o autor paraense busca acentuar, no seu discurso, que escritores consagrados da literatura brasileira fazem uso das variações dos pronomes oblíquos. O autor articula seu discurso com os escritos de José de Alencar, que explora, na sua literatura, as duas formas de colocar o pronome, anteposta ou posposta ao verbo, sem, com isso, prejudicar a compreensão dos versos. Dessa maneira, o educador exemplifica, que no 2º volume da obra “Tronco do Ipê” há a ocorrência tanto da posposição quanto da anteposição dos pronomes oblíquos. Observe-se nos versos: “não fora de certo para esses misteres caseiros que Alice apromptara-se”, “ o europeu não resistia; o índio não sujeitára-se; compraram o negro”, “ A moça, porém, não se preocupa...”, “ neste momento não me pertença” (BRITO, 1907, p. 69-71).

Há um dialogismo entre os discursos de Paulino de Brito e o escritor brasileiro (José de Alencar) sobre a legitimidade da variação linguística. Em vista disso, comprova-se que há um índice de polifonia entre os discursos defendidos pelo educador paraense, e o de José de Alencar, uma vez que, ao reportar-se ao escritor, Brito evidencia, de forma ativa e responsiva, que este recorre às legítimas variações da colocação dos pronomes oblíquos. As vozes sociais que são percebidas em ambos os textos não fazem referência apenas à preferência gramatical, mas são vozes que tencionam legitimar a variação do português brasileiro.

O intelectual paraense, ao assentar seu discurso no escritor consagrado da literatura brasileira do final do século XIX, busca também demonstrar que já havia uma valoração positiva do modo de falar brasileiro. Nesse sentido, o educador enfatiza que é preciso que os indivíduos brasileiros assumam seu espírito nacionalista e defende que os tais brasileirismos condenados pelos puristas portugueses são, na verdade, as marcas da identidade do povo brasileiro. A discussão levantada por Paulino de Brito busca revelar a necessidade que havia da afirmação da língua legitimamente nacional, carregada das influências do povo, da sua linguagem, de seus costumes.

A língua não está desvinculada dessas transformações sociais. José de Alencar ousou também opor-se aos padrões linguísticos impostos pelos gramáticos portugueses, demonstrando que as formas linguísticas no Brasil haviam passado por grandes alterações, ou seja, a língua portuguesa usada no Brasil se desgarrou das

mesmas formas usadas em Portugal e assumiu sua própria identidade e peculiaridade, manifestada nas diferentes utilizações que os usuários fazem da língua, ou seja, o povo é o legítimo consagrador das formas linguísticas de uma determinada língua. Brito, então reconhece:

No fim de tantas discussões e citações, conseguiu-se apenas tirar a limpo que no emprego dos pronomes não há, nem no Brasil, nem em Portugal, quem não tenha errado, uma vez que os mui falados brasileirismos de collocação sejam erros. E' questão de mais vezes ou menos vezes (BRITO, 1907, p. 27)

Ao conceber a língua numa perspectiva que legitima a variação linguística, o educador paraense não considera um emprego mais certo e outro mais errado, ao contrário, trata as duas formas de maneira legítima. Esse ponto de vista indica que o discurso de Paulino de Brito é atravessado por ideologias que consideram o aspecto dinâmico e ativo da língua, em cada contexto social. Cada povo que fala a língua portuguesa irá manifestar as próprias formas de comportamento da língua, enraizado na sua história. Os desvios que, para Candido de Figueiredo, devem ser rejeitados, na concepção de Paulino de Brito, são considerados as formas consagradas do modo de falar brasileiro.

Partindo desse princípio, Brito deixa um legado ao dar à língua do povo brasileiro seu devido valor. Um intelectual à frente do seu tempo, enfrentou os paradigmas, o padrão imposto de uma época e deixou ecoar, do Estado do Pará, uma voz que dava importância para as formas legítimas da língua falada no Brasil, referendando o nacionalismo como força maior desse fenômeno.

3.3 AS VOZES SOCIAIS QUE LEGITIMAM O MODO DE FALAR BRASILEIRO NA CONTEMPORANEIDADE

A colocação de pronomes é um fenômeno da língua portuguesa que aponta para o modo de falar brasileiro. Por isso, até hoje, (na contemporaneidade) é um assunto que ainda rende muitas discussões. Porém, como já foi explicitado neste trabalho, os debates iniciaram bem antes do século XXI. Ou seja, as discussões atuais são atravessadas por vozes de séculos anteriores. Nesse sentido, destaco, nesta seção, alguns autores contemporâneos que debatem sobre o fenômeno da colocação pronominal como legítima forma do modo de falar brasileiro.

Bakhtin (1907) postula que todo enunciado comporta um início e um fim absoluto, ou seja, antes do seu início, há enunciados dos outros, depois do seu fim, há os enunciados responsivos. Isso nos levar a concluir que, de acordo com o pensamento Bakhtiniano, não existem enunciados ‘puros’ porque em determinado momento, época eles já foram proferidos.

Candido de Figueiredo, ao analisar o soneto “Um soneto pediste-me, criança”, contesta veementemente a colocação do pronome oblíquo *me*, alegando que o referido pronome está posto inadequadamente, configurando um brasileirismo (erro). O gramático português se pauta na norma padrão da regra da ênclise. Segundo a norma padrão, o fenômeno da ênclise prevê que a colocação do pronome oblíquo átono *me* só deve vir posposto ao verbo quando este estiver no início de orações ou em orações imperativas afirmativas.

Sob o ponto de vista sintático, a forma ‘um soneto pediste-me, criança’ não está adequada às regras e configura-se como um ‘desvio’ (desvio criticado por Candido de Figueiredo). Essa regra (ênclise), utilizada no início do século XX, perdura até hoje na norma culta da língua portuguesa, principalmente na escrita. No entanto, hoje, na fala do brasileiro se usa, com maior predominância, o fenômeno da próclise, quando o pronome vem anteposto ao verbo. No Brasil, por exemplo, não se diz ‘Dá-me um beijo’, mas ‘Me dá um beijo’. São formas consagradas do modo de falar brasileiro.

Brito (1995), ao analisar o fenômeno da regência na linguagem do vestibulando, observando a íntima relação entre verbos e seus complementos, apresenta algumas ocorrências de supostos desvios de colocação pronominal, os quais, segundo a autora, apontam para prováveis mudanças da língua portuguesa. A autora não concebe essas mudanças como erros ou inadequações, mas postula que são transformações naturais que ocorrem na língua, de acordo com o contexto sócio histórico, referendando que são variações linguísticas consagradas pelos falantes.

Brito (1999, p. 28-29), ao tratar de verbo transitivo seguido de acusativo expresso por pronome oblíquo pessoal átono (exemplo, espera-nos) e verbo transitivo relativo seguido de dativo expresso (exemplo, daí-nos) por pronome pessoal, argumenta que a distinção entre o objeto direto e o indireto pronominal ocorre de maneira evidente, quando o complemento do verbo é um pronome de terceira pessoa. Nesse caso, há uma maneira de representar o acusativo *o* e suas

variações e outra para representar o dativo *lhe-lhes*. Porém, a autora argumenta que o falante “não reconhecendo quando o verbo é transitivo direto ou indireto passa a usar o pronome *o* em lugar de *lhe* e este em lugar daquele” (BRITO, 1999, p. 29).

Outro aspecto salientado pela autora é que o pronome *o* pode ser substituído por *a ele*, como no exemplo, “Isto leva ao sucesso/ isto leva a ele”. Essa substituição não deveria acontecer com o objeto indireto, pois na construção “Conto-lhe”, o pronome *lhe* não deve equivaler a *ele*. Porém, o falante burla essa regra e usa constantemente o pronome ‘*ele*’ no lugar de ‘*o*’. Brito explica que isso acontece em decorrência de, na linguagem coloquial brasileira, o pronome *o*, e suas variações, ser substituído por *ele* e suas variações. Como nos exemplos, “Vejo ele” em lugar de “vejo-o”, e o pronome ‘*lhe(s)*’ ser substituído por ‘*a ele*’ e suas variações: “contei a ele” em lugar de “contei-lhe” (BRITO, 1999, p.29-30). São vozes sociais que comprovam a variação legítima das novas formas de colocação pronominal.

Bagno (1999) também discorre sobre o fenômeno da colocação pronominal na contemporaneidade e destaca os novos usos consagrados pelo povo brasileiro. O autor argumenta que as formas pronominais *o/a* são praticamente extintas do português brasileiro (mas permanecem no português de Portugal), enquanto que as formas pronominais “*me*” e “*te*” são usadas frequentemente na fala dos brasileiros. “Nossa crianças usam sem problemas *me* e *te* - “Ela me bateu”, “Eu vou te pegar” -, mas *o/a* jamais, que são substituídos por *ele/ela*: “Eu vou pegar ele”, “Eu vi ela” (BAGNO, 1999, p.24). A justificativa do autor é que se as crianças não utilizam essas formas é porque não ouvem os adultos usando-as comumente e “mesmo na língua dos adultos escolarizados, esses pronomes só aparecem como um recurso estilístico, em situações de usos formais (BAGNO, 1999, p. 25).

Ainda nessa discussão, Bagno (1999) faz uma crítica ferrenha à escola que contínua condenando as formas; “Eu conheço ele”, “Eu vi ela chegar” que, apesar de serem legitimadas pelos usos do povo brasileiro são passíveis de censura. Ou seja, a gramática normativa segue detentora do privilégio no ensino da língua. Por isso, Bagno (1999, p. 26-27) argumenta:

No que diz respeito ao ensino do português no Brasil, o grande problema é que esse ensino até hoje, depois de mais de cento e setenta anos de independência política, continua com os olhos voltados para a norma lingüística de Portugal. As regras gramaticais consideradas “certas” são aquelas usadas por lá, que servem para a língua falada lá, que retratam bem o funcionamento da língua que os portugueses falam.

Nota-se que, apesar de muitos debates em torno da afirmação da língua nacional, ainda perduram, na contemporaneidade, os mesmos paradigmas de ensino da língua do início do século XX. Portugal continua prescrevendo as normas linguísticas, tendo em vista que lá, supostamente, são usadas as regras gramaticais consideradas corretas e impõe-se que estas devem ser usadas no Brasil. O ponto de vista defendido por Bagno (1999) é atravessado pelas vozes sociais de Paulino de Brito no início do século XX sobre os mesmos princípios linguísticos. A mesma ideologia impõe que as formas utilizadas em Portugal devem ser seguidas no Brasil. Há um dialogismo entre os discursos de Bagno e Brito, uma vez que os dois intelectuais defendem o português brasileiro numa perspectiva da variação e desarraigado de Portugal.

Bagno (2001) debate também sobre os novos usos dos pronomes. O autor discute sobre a evolução significativa em relação ao emprego de pronomes em sujeitos e objetos diretos no português brasileiro. O autor exemplifica duas formas de uso: “deixa-me dizer o que penso disso”, “deixa eu dizer o que penso disso”. O primeiro exemplo é a única forma consagrada e reconhecida pela gramática tradicional (na fala praticamente não aparece mais). Já a segunda, é a forma mais utilizada pelos falantes do português brasileiro, devido a tendência de explicitar o sujeito. O linguista explica que, no segundo caso, o pronome reto (eu) exerce duas funções: objeto direto do primeiro verbo e sujeito do segundo.

Isso evidencia “a tendência cada vez mais acentuada do português do Brasil a explicitar o sujeito e apagar o objeto direto” (BAGNO, 2001, p. 112). Essa preferência de uso é o resultado das transformações pelas quais a língua falada no Brasil passou, e sua natureza dialógica em conformidade com a situação histórica. Essas mudanças ocorrem naturalmente porque “passados 500 anos, tanto a língua de cá quanto a língua de lá se modificaram, cada uma delas numa direção, exibindo diferenças nessas mudanças, fazendo opções diferentes, escolhas diferentes” (BAGNO, 2001, p. 172). Dessa forma, as vozes sociais que atravessam o discurso do linguista contemporâneo legitimam os novos usos dos pronomes oblíquos no Brasil, em consonância com o contexto histórico dos sujeitos brasileiros no século XXI.

Aquino e Lacerda (2012), num estudo sobre a busca da identidade sociolinguística nacional, discutem a respeito de alguns fenômenos variáveis do português brasileiro. Os autores investigam e caracterizam as atitudes dos falantes

perante os fenômenos variáveis mais recorrentes da língua portuguesa. Os estudiosos organizaram um teste⁴ considerando os fenômenos do Português brasileiro que ocorrem com mais frequência na fala e que variam em relação à gramática normativa, entre os quais está o fenômeno da colocação pronominal, o qual é uma marca registrada das diferenças nítidas entre o Português de Portugal e o Português do Brasil. Para a análise, os autores estabelecem como formas variáveis 3 categorias: formas de português mais faladas em Portugal (PE+); formas do português mais faladas no Brasil (PB+) e formas do português menos faladas no Brasil (PB-).

Aquino e Lacerda (2012) reforçam no seu estudo, que, apesar das gramáticas apontarem apenas para o uso da ênclise como forma dominante, a próclise é muito mais recorrente no português brasileiro, principalmente no início de sentenças faladas. Para comprovar esse ponto de vista, os autores aplicaram o seguinte teste: Q.7 – dois amigos estão conversando. Um deles fala ao outro sobre a possibilidade da compra de um carro. O amigo responde: “Comprei ontem à vista” (PB+) “comprei-o ontem à vista (PE+) “comprei ele ontem à vista”, (PB-). Os informantes deveriam escolher a alternativa mais próxima do seu uso.

Ao apresentarem os resultados, Aquino e Lacerda (2012, p.40) apontam que

Novamente, podemos observar a atitude do falante em relação às formas variáveis apresentadas na questão: a forma mais falada no Brasil é a que mais se aproxima do repertório dos informantes, seguida pela forma menos falada no Brasil e, por último, a mais falada em Portugal. Precisamente nessa questão, encontramos um fato extremamente relevante: das formas apresentadas, os informantes optaram por duas que não são contempladas pela norma-padrão, ou seja, a variedade construída com o objeto nulo (PB+) e a variedade denominada copiadora (PB-)

⁴ Trata-se de 14 (quatorze) questões contendo, cada uma, três alternativas. Cada alternativa possui sentenças que apresentam formas linguísticas de acordo com a norma-padrão (falada em Portugal e, eventualmente, no Brasil). Outras conforme a fala culta brasileira e, por fim, estruturas mais próximas da fala menos monitorada dos brasileiros – as alternativas não aparecem necessariamente nessa ordem e podendo aparecer em cada questão duas das formas faladas em Portugal ou duas das formas faladas no Brasil. Ao escolher as alternativas o participante deveria numerá-las de 1(um) a 3(três) para testar o grau de identificação e de reconhecimento das formas que mais ou menos se aproximam das que os falantes usam, sendo 1 as formas mais próximas, 2 as formas não tão comumente usadas e 3 as mais distantes (ARQUINO/LACERDA, 2012. p.35-36).

As formas de colocação pronominal consolidadas pelos falantes brasileiros demonstram que o português do Brasil está cada vez mais distante das formas linguísticas do português europeu e legitimam o modo de falar brasileiro.

Os debates feitos pelos autores na contemporaneidade comprovam o caráter dialógico da língua, bem como sua indissolúvel relação com o contexto histórico e os sujeitos socialmente organizados. A língua, sendo o mecanismo mais importante que os sujeitos possuem na esfera de comunicação, não pode ser desvinculada das mudanças ocorridas nas relações sociais. Os discursos dos autores contemporâneos são atravessados pelas vozes sociais defendidas por Paulino de Brito, no início do século XX sobre a legitimidade do modo de falar brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho discutiu sobre a legitimidade do modo de falar brasileiro na obra “Collocação dos Pronomes” de Paulino de Brito (1907). Brito destacou-se, no Pará como um notável educador, que defendia em suas obras a língua legitimamente nacional de forma clara, em consonância com o contexto sócio histórico, tendo contribuído para a educação no estado do Pará como professor e filólogo da língua.

Apesar de haver uma dualidade entre as principais ideologias que norteavam a educação nacional no Brasil no final do século XIX e Início do XX, pode-se perceber que a ideologia que atravessa os discursos do educador paraense sobre a legítima variação da língua nacional estabelece um diálogo com a ideologia educacional pautada no nacionalismo do povo Brasileiro: o espírito, os costumes e hábitos enraizados no povo, manifestados também através da língua.

Os discursos que deram legitimidade ao modo de falar brasileiro na obra de Paulino de Brito, no início do século XX, valorizam a língua nacional, legitimam as variações linguísticas da língua Portuguesa no Brasil e estão afinados à ideologia educacional que valoriza as questões do povo.

Nesse sentido, a análise dos discursos que deram legitimidade ao modo de falar brasileiro na obra “Collocação dos Pronomes”, de Paulino de Brito, publicada em 1907, com base na Análise Dialógica do Discurso (ADD) do Círculo de Bakhtin, demonstra que, ao focalizar a variação linguística do português brasileiro, os discursos do autor paraense são atravessados por vozes sociais que legitimam a língua brasileira, com suas características próprias, em sua forma legítima

Os discursos do autor paraense, ao defender a legitimidade do modo de falar brasileiro, também deixam ecoar vozes sociais, as quais revelam que, passados muitos anos da colonização, a língua, por não ser dissociada do seu contexto sócio-histórico, apresenta-se de forma variada. Nesse sentido, as formas linguísticas de cada país que fala a língua portuguesa não podem ser realizadas da mesma maneira. Para comprovar esse ponto de vista, Paulino assenta-se nos postulados do escritor consagrado da literatura brasileira, José de Alencar. As vozes sociais percebidas na sua obra “Tronco do Ipê” do final do século XIX, valorizam a cultura, a identidade e o modo de falar brasileiro. Nesse sentido, há uma relação dialógica entre os discursos de Brito e os textos do escritor brasileiro. Esse índice de Polifonia

confirma o que Bakhtin (1997) postula sobre as diferentes vozes sociais que atravessam uma obra.

Os discursos dos autores Contemporâneos: Brito (1995), Bagno (1999), (2001) e Aquino e Lacerda (2012) sobre o modo de falar brasileiro são atravessados pelas vozes sociais representadas no discurso de Paulino de Brito no início do século XX. Os autores contemporâneos debatem sobre como as mudanças no contexto sócio-cultural se refletem no português brasileiro. Esse é o mesmo ponto de vista defendido Por Paulino de Brito na obra ‘Collocação dos Pronomes’.

O tema sobre a legitimidade do modo de falar brasileiro, explorado neste trabalho, é apenas uma direção que apresento à maneira de estudar/analisar os discursos do autor, a partir do fenômeno da colocação de pronomes. Como toda obra, “Collocação dos Pronomes” é inacabada, posto que, em cada contexto histórico, época, o leitor pode dar seu próprio tom valorativo a ela e estudá-la sobre outros pontos de vista, como, o silenciamento à obra paraense, a qual obteve apenas uma edição; as críticas feitas por Paulino de Brito à gramática de Júlio Ribeiro, a qual norteava o ensino de língua no Brasil. Esses são alguns dos temas que podem ser investigados na obra.

Em suma, o presente trabalho contribui para as discussões da língua legitimamente brasileira, numa perspectiva sócio-histórica, considerando os sujeitos como partícipes dessas relações. O estudo possibilitou compreender que a língua nacional passou por inúmeras alterações e se legitima nas transformações do contexto sócio-histórico e cultural do Brasil no final do século XIX e início do XX, o qual influenciou diretamente na identidade da linguagem do povo brasileiro. O estudo também colabora para notabilizar a obra e o autor paraense que, por mais de um século, parece que estavam esquecidos.

REFERÊNCIAS

AQUINO, V.; LACERDA, V. **A busca pelo reconhecimento da identidade sociolinguística nacional: Discussão sobre fenômenos variáveis dos português brasileiro.** Revista da USP Linha d'água. v. 25, n.1, p. 29-45, 2012. Disponível em <<http://www.periodicos.usp.br/linhadagua/article/view/37366/40087>> Acessado em: 11 Mar. 2017

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico o que é, e como se faz.** 49. ed. São Paulo: Edições Loyola. 1999

_____; **Português ou Brasileiro?: Um convite à pesquisa.** São Paulo: Parábola, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____; VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem.** Trad. Michel Lahyd e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BRAIT, Beth. **Bakhtin: Outros conceitos-chaves.** São Paulo: Contexto, 2006.

BRITO, Célia. **Um estudo de regência na linguagem dos vestibulandos.** Belém: Editora Universitária da UFPA. 1995.

BRITO, Paulino. **Colocação dos Pronomes.** Paris: Allaud, 1907.

CLARK, Jorge. **O desenvolvimento da política provincial e da educação no período de transição do império para a república.** Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). Faculdade de Educação – UNICAMP. Acervo Navegando na história da educação brasileira. Período monárquico. Império (1822-1889). Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_048.html>. Acesso em: 18 Nov. 2016.

DISCINI, Norma. **Carnavalização.** In.: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: Outros conceitos-chaves.** São Paulo: Contexto, 2006.

DUARTE, Raimunda. **A ordem de educar meninos na Amazônia paraense: uma análise discursiva da obra 'compêndio de civilidade cristã', de Dom Macedo Costa (1886- 1915).** Tese De Doutorado. 273 p. Instituto de ciência da educação. Universidade Federal do Pará, 2015. Disponível em: <<http://www.ppped.com.br/arquivos/File/teseRaimundaduarte.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2016

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin.** São Paulo: Parábola, 2009.

GRILLO, Sheila. Esfera e campo. In: BRAIT, Beth (Org). **Bakhtin: Outros conceitos-chaves**. São Paulo: Contexto, 2006.

LACERDA, G. F; SARGES, N. M. **De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada do século XIX para o XX**. Projeto história. São Paulo. n. 38, p. 165-182, jun. 2009. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br>>. Acesso em: 16 Dez .2016.

LUCCHESI, Dante. **As duas grandes vertentes da história da sóciolinguística do Brasil (1500- 2000)**. DELTA. São Paulo. v.17, n.1, p. 97-130, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo/scielo.php?>> Acesso em: 01 jul.2016.

MOREIRA, Eunice. **José de Alencar e a crítica Portuguesa do século XIX**. Revista Convergência Lusíada. n.29, p.195-203, jan/jun 2013. "Dossiê colóquio "Portugal no Brasil, pontes para o presente". Disponível em <<http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/?p=2263>>. Acesso em: 10 Jan. 2017.

PARÁ. **Paulino de Brito**. Conselho estadual de Cultura. Belém, 1970.

RESTAINO, Hilda Cristina. **A trajetória do ensino da língua portuguesa e de leitura na escola da República velha**. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. 15., 2005, São Paulo. Anais. São Paulo: UNICAMP, 2005. Disponível em <http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais15/alfabetica/RestainoHildaCristina.htm>. Acesso em: 08 jan. 2017.

SARGES, Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3.ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.